

# Para economistas, Plano não é eficiente

## Helival Rios

O Brasil não está preparado para viver numa economia de mercado. O País terá de queimar antes algumas etapas importantes, até chegar a viver numa conjuntura de liberdade de preços. Esta constatação vem da prática, do confronto entre a política econômica adotada pelo governo e a realidade. Apesar do controle das contas públicas, de uma política monetária restritiva, do arrocho salarial, desemprego, queda substancial no consumo e utilização de práticas intimidatórias contra os cartéis, a inflação brasileira continua bastante alta. Anualizada, a taxa de inflação de hoje, de 19,39 (medida pelo IRVF do IBGE), é equivalente a 738,7%, uma taxa impensável para qualquer país que se considere organizado ou mesmo em organização.

Alguns economistas estão apontando hoje como causa da resistência da inflação brasileira a uma queda o fato de existir já um déficit público potencial, já que as contas do Tesouro apresentam sintomas de deterioração, diante das perspectivas de queda da receita fiscal (provocada pela recessão) e quase impossibilidade de contenção qualificada dos níveis de despesas.

## Fenômenos

A nível estrutural, ninguém tem dúvidas de que um controle do déficit público é medida salutar para o combate à inflação. Mas no caso brasileiro ocorrem fenômenos interessantes: o ex-ministro Delfim Netto reduziu o déficit público de 8 para 3% do PIB (Produto Interno Bruto) e a inflação que era de 99,7% em 1982 (medida pelo IGP), saltou para 211% em 1983; 223,8% em 1984; e para 235,1% em 1985. A recessão também, no Brasil, nunca foi parâmetro para queda da inflação. Basta ver os números:

Em 1971, o PIB brasileiro cresceu 11,3% contra uma inflação de 19,3% (IGP). No ano seguinte, a economia cresceu 11,9% e a inflação caiu para 15,7% no ano. Em 1973, o PIB cresceu 14% e a inflação caiu uma vez mais para 15,5%. Em 1974 a inflação fugiu do controle, marcando 34,5% no ano, mas a economia garantiu um crescimento de 8,2%. Os anos seguintes foram de crescimento econômico e de inflação na faixa dos 30 a 40%

ao ano. Bem verdade que em 1979 o PIB cresceu 6,8% contra uma inflação de 77,2% e 9,2% em 1980 contra uma inflação também bem mais elevada, de 110,2%. Mas no ano seguinte fez-se a recessão, o PIB sofreu uma queda de 4,4%, mas a inflação praticamente não se abalou, fechando o ano nos 95,2%. No ano seguinte, para uma quase recessão de 0,7% (positivo) no crescimento do PIB, a inflação subiu para 99,7% e, em 1983, para uma recessão novamente profunda, de -3,4%, a inflação explodiu para 211%.

## Cultura

Há uma cultura inflacionária no Brasil que sustenta a alta dos preços. Isso é o que ninguém pode negar. Ou será que alguém acha que pelo simples fato de o governo conseguir um superávit nas contas públicas de 0,5% ou mesmo de 2% do PIB vai fazer com que os empresários remarquem menos os seus preços? Não fazem isso. Não farão reajustes de preços menores nem a despeito dos bons resultados das contas públicas, e nem a despeito de uma recessão. Com o bom resultado nas contas públicas, o governo deixa de pressionar a inflação, emitindo menos moeda. Mas os empresários se encarregam de fazer a inflação eles mesmos, sem a ajuda do governo.

E com a recessão, o que acontece? O governo acha que derrubando o consumo (via aperto monetário e achatamento salarial) os empresários vão queimar estoques a preços bem baixinhos para não abrir falência? Empresário só age assim nos livros-textos de economia. No Brasil (e só não vê quem não quer), quando há recessão, os empresários cortam seus custos, produzindo menos e desempregando mais e vão correr atrás do prejuízo (manter a margem de lucros) via aumento de preços.

A política monetária restritiva prolongada, neste contexto, acaba avalizando a cultura inflacionária, pois joga na estratosfera as taxas de juros, que passam a servir de parâmetro para os reajustes de preços. Levando-se em conta que os custos financeiros representam 60% dos custos das empresas, se elas pagam juros de 50% ao mês, terão que repassar para os seus preços finais um aumento de 30%, só para cobrir os juros.

